

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

#### REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2026

(Do Sr. Joaquim Passarinho)

Solicita que sejam prestadas informações pela Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima sobre a operação de fiscalização do ICMBio na Floresta Nacional do Jamanxim, em Novo Progresso (PA), realizada no dia 29 de junho de 2026.

Senhor Presidente da Comissão de Minas e Energia,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 24, inciso III, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência que, ouvida esta Comissão de Minas e Energia, seja encaminhado pedido escrito de informações à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, acerca dos desdobramentos, planejamento e denúncias de violência na operação do ICMBio na Floresta Nacional do Jamanxim (PA).

Para tanto, solicitam-se esclarecimentos objetivos aos seguintes questionamentos:

1. Qual a secretaria ou diretoria do ICMBio responsável pelo planejamento da operação realizada em 29 de junho de 2026 na Reserva do Jamanxim?
2. Houve prévia coordenação ou compartilhamento de inteligência com o Ministério de Minas e Energia (MME) ou com a Agência Nacional de Mineração (ANM) para mapear o impacto socioeconômico da ação na região?
3. Qual o contingente total de agentes empregados na ação e quais forças de segurança atuaram em apoio? Diante do confronto relatado, quais foram os protocolos adotados para o uso progressivo da força?
4. Diante das graves denúncias houve disparos contra um idoso e uma criança, quais procedimentos de auditoria interna ou sindicância foram abertos pelo Ministério para apurar eventuais excessos de conduta por parte dos agentes públicos?
5. Os agentes do ICMBio ou da força de segurança de apoio envolvidos no confronto faziam uso de câmeras corporais térmicas ou de gravação (bodycams)? Em caso positivo, as filmagens do dia 29 de junho de 2026 serão preservadas e disponibilizadas para os órgãos de controle?

### JUSTIFICAÇÃO

A Comissão de Minas e Energia tem, entre suas competências regimentais, o dever de acompanhar a governança e os reflexos sociais das atividades minerais no país. O combate a práticas ilegais na Floresta Nacional do Jamanxim (PA) é necessário para a preservação da ordem, contudo, a condução dessas ações fiscalizatórias não pode prescindir do respeito aos direitos humanos e da devida transparência administrativa. No dia 29 de junho de 2026, a referida operação culminou em um grave confronto em Novo Progresso (PA). Lideranças políticas locais e parlamentares do Estado



denunciaram veementemente que civis vulneráveis teriam sido alvo de disparos. Paralelamente, o ICMBio refutou as acusações de tiros contra a criança, alegando que o atendimento médico decorreu de uma crise asmática em virtude do tumulto. Considerando o clamor público na região e a cobrança de autoridades estaduais por uma apuração rigorosa, é fundamental que esta Comissão de Minas e Energia obtenha os dados oficiais e periciais do Ministério supervisor. A exatidão dessas informações é vital para exercermos nosso papel fiscalizador e garantir que as ações de Estado na Amazônia ocorram dentro dos limites estritos da legalidade e da pacificação social. Sala Comissões, em 30 de junho de 2026.

Deputado Joaquim Passarinho  
PL/PA

